

# Cozinha Comunitária e moradia social em São Paulo: a experiência da cozinha da Ocupação 9 de Julho

## Community kitchen and social housing in São Paulo: the experience of the 9 de Julho Occupation kitchen

ENTREVISTA COM CARMEN SILVA, LIDERANÇA DO MOVIMENTO DE MORADIA POPULAR

*Por: Isabela Ferraz Davies*

### 1 INTRODUÇÃO

Em diversas culturas, o ato de se alimentar se configura como um ritual coletivo que, para além de cumprir uma função biológica, constrói espaços de convivência e compartilhamentos e reforça laços familiares e comunitários. Pensar em laços comunitários em uma cidade com as dimensões de São Paulo só parece possível se reduzirmos a escala ao microcosmo do cotidiano dos territórios que compõem a grande metrópole; esses laços reproduzem, em suas ações diárias, a materialização de redes de apoio e vínculos entre os 11 milhões de munícipes que coabitam o mesmo espaço geográfico.

Atualmente, alimentar-se adequadamente, morar dignamente e transitar livremente tornaram-se desafios crescentes para uma parcela da população paulistana. Impactadas pelo alto custo de vida – atribuídos especialmente ao mercado imobiliário e ao aumento dos preços dos itens da cesta básica –, essa parte da população é empurrada cada vez mais para as periferias, reforçando o processo de segregação espacial e aprofundando as desigualdades sociais.

Nesse sentido, é verdade afirmar que as denúncias feitas por Josué de Castro em suas obras *A Geografia da Fome* (1946) e *A Geopolítica da Fome* (1952) permanecem atuais. O mais recente inquérito sobre insegurança alimentar, realizado em 2024 pela parceria entre a UFABC (Universidade Federal do ABC) e a UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), alerta que cerca de 1,4 milhão de pessoas vivem em situação de fome e em torno de 5,8 milhões, em algum grau de insegurança alimentar no município de

São Paulo. Ou seja, mais da metade da população não se alimenta com qualidade e nas proporções adequadas. Esses índices são decorrentes de um conjunto de variáveis que indicam principalmente a dificuldade econômica no acesso a alimentos.

Em outubro de 2024, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA), realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), apontou para um aumento dos preços de alimentos básicos em 17 capitais brasileiras. São Paulo apresentou o maior custo, alcançando o valor de R\$ 805,84 por cesta básica, conforme se verifica na Tabela 1, abaixo:

**TABELA 1**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**  
**Custo e variação da cesta básica em 17 capitais**  
**Brasil - outubro de 2024**

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
São Paulo	805,84	1,69	61,70	125h34m	5,89	9,17
Florianópolis	796,94	3,72	61,02	124h10m	5,07	7,87
Porto Alegre	774,32	2,40	59,28	120h38m	1,02	4,75
Rio de Janeiro	773,70	2,17	59,24	120h33m	4,75	7,28
Campo Grande	751,06	5,10	57,50	117h01m	7,65	9,97
Curitiba	726,62	4,03	55,63	113h13m	4,22	7,65
Brasília	711,05	4,18	54,44	110h47m	1,76	9,77
Vitória	708,06	1,90	54,21	110h19m	2,79	4,87
Goiânia	695,37	3,33	53,24	108h20m	3,89	9,32
Belo Horizonte	678,07	4,09	51,92	105h39m	3,32	8,02
Belém	649,90	0,33	49,76	101h16m	0,69	2,68
Fortaleza	641,34	4,13	49,10	99h56m	1,74	-1,17
Natal	576,23	4,01	44,12	89h47m	3,63	-1,01
João Pessoa	566,46	2,55	43,37	88h16m	4,46	2,09
Salvador	560,65	1,27	42,93	87h21m	-0,03	-0,44
Recife	548,19	2,40	41,97	85h25m	1,88	-1,60
Aracaju	519,31	2,59	39,76	80h55m	0,40	-0,51

Fonte: DIEESE

Fonte: DIEESE, 2024.

Com o salário-mínimo a R\$ 1.640,00, torna-se evidente o malabarismo para cobrir as despesas básicas de alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte e lazer. Estima-se, inclusive, que o valor do salário-mínimo é 4,79 vezes inferior ao necessário para assegurar os direitos básicos (DIEESE). Ainda que complementado pelo auxílio do programa Bolsa Família, o recurso financeiro continua aquém do necessário, levando famílias a viver em condições precárias e a buscar alternativas que não

sobrecarreguem seu orçamento. Atualmente, em São Paulo, há cerca de 80 mil pessoas morando nas ruas, ao mesmo tempo que o número de imóveis residenciais desocupados, somente no centro da cidade, chega a 58,7 mil, segundo dados do Censo 2022 divulgados em março de 2024 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os problemas de moradia e segurança alimentar caminham juntos por impactar diretamente a base da dignidade humana. Para além do impacto direto na vida dos indivíduos, comprometem também a sustentabilidade da cidade como um organismo vivo. O metabolismo urbano, conceito que expressa as dinâmicas de fluxo de recursos, pessoas e energia que mantêm a cidade em funcionamento, sofre com a sobrecarga gerada por essas desigualdades estruturais. A falta de segurança alimentar e o déficit habitacional não apenas agravam a precariedade das condições de vida, mas também exigem cada vez mais capacidade e agilidade da gestão pública em coordenar ações integradas e eficazes para reduzir esses problemas estruturais.

Impulsionados pelas necessidades básicas não atendidas, os movimentos sociais de luta pelo direito à moradia e soberania alimentar se estruturam na tentativa de suprir as emergências de cada dia e propõem um modelo coletivo e sustentável de habitar a cidade. Uma iniciativa vinda direto da comunidade, como o exemplo da Cozinha da Ocupação 9 de Julho, liderada pelo MSTC (Movimento Sem Teto do Centro), mostra sua importância e eficiência ao repensar a utilização dos espaços abandonados e ao compor, com demandas e ações reais, as diferentes perspectivas e soluções para os desafios da moradia e desigualdades. Baseados nos debates e avanços das discussões sobre o direito à cidade, os membros do MSTC procuram se conscientizar de seus direitos e deveres como cidadãos e fazem da Ocupação um nódulo regenerador capaz de reverter o fluxo insustentável da vida urbana atual da metrópole para um projeto-piloto de moradia social que integra sustentabilidade e alimentação.

Carmen Silva, liderança do movimento de moradia MSTC, chegou a São Paulo na década de 1990 em busca de melhores condições de vida. Migrando sozinha da Bahia, teve muita dificuldade para conseguir emprego e uma casa para morar, enfrentou períodos em albergues e chegou a dormir nas ruas. Inconformada com essa realidade, procurou os conselhos participativos de moradia, buscando compreender como poderia transformar sua situação e a de tantos outros que viviam em condições semelhantes. Tivemos a oportunidade de conversar com dona Carmen, que gentilmente nos permitiu conhecer a sua trajetória enquanto migrante e sua experiência à frente da Cozinha da Ocupação. A seguir, apresentamos os trechos das falas da dona Carmen, narrando os desafios que enfrentou, as conquistas do movimento e como a cozinha coletiva da ocupação se tornou um símbolo de resistência, acolhimento e construção de comunidade.

## 2 ENTREVISTA

**Carmen Silva:** *“É interessante vocês estarem escrevendo para uma revista com o nome Travessia, porque a gente... mesmo sendo brasileiro, todos nós temos a nossa travessia. Somos migrantes em nosso próprio país com um povo da mesma origem”.*

*“Eu cheguei em São Paulo na década de [19]90 e cheguei fugida para não morrer na mão do feminicídio. Chegando aqui, eu fui parar na rua, e aí eu confesso que me vi iludida. Por ser uma grande metrópole, achei que ia ter emprego e até casa, mas eu não sabia que tudo isso passava por políticas públicas. Eu me senti uma refugiada no meu próprio país. Eu não tinha nenhum pertencimento à cidade de São Paulo. Eu sentia uma mágoa, porque eu sentia que esse não era o Brasil que a gente no Nordeste tinha a expectativa que fosse. Se, para nós, brasileiros que falam a mesma língua, é difícil, imagine para quem chega estrangeiro”.*

*“Nessa altura eu conheci o Movimento Povo de Moradia e passei também a ter uma percepção de que realmente São Paulo não podia me acolher, porque eu não tinha nenhum pertencimento a essa cidade. Não conhecia o território, nem conhecia de política, então percebi que não poderia exigir de São Paulo algo, porque eu mesma não havia criado vínculos com a cidade. Percebi que era importante me envolver nos movimentos de moradia, a participar das rodas de conversa e de audiências públicas para entender melhor como poderia sair da situação que eu estava. Nesses fóruns, comecei a ver o contexto de muitas outras pessoas que passavam pelas mesmas dificuldades que eu e comecei a questionar a falta da moradia de forma mais ampla e compreender as políticas públicas”.*

## HISTÓRICO

**Carmen Silva:** *“Nós éramos remanescentes dos mutirões da Erundina, que eram sempre no fundão da cidade [refere-se ao programa de habitação social criado pela gestão da Erundina 1989-1992 chamado ‘Mutirão e Autogestão’]. Não que não fosse bom; na verdade foi ótimo. Foi um dos programas que aliviou a barra de muita gente sem casa. Mas eu não queria ficar três horas dentro de um ônibus para trabalhar no centro. Eu fico preocupada com a questão do tempo que a gente gasta no transporte. Antes não tinha a Radial Leste, e era um pedaço até chegar em Itaquera. Para lá, você tinha que se virar para pegar um trem, para pegar outro ônibus. Pegava muito transporte público, saía de um, entrava no outro. E aí a gente começa a ter esse desafio de não querer morar longe do trabalho e realmente se estabelecer no Centro.*

*E aí eu começo, junto com outras pessoas, a discutir o centro urbano de São Paulo e questionar: se tem tanto prédio abandonado, por que o trabalhador tinha que morar tão longe? E aí começamos a questionar e a ocupar”.*

*“Em 1995, nós fizemos a primeira ocupação. Foi ali no Campos Elíseos. Ali já tinham os quintais da Mooca, que hoje são os cortiços. A gente já estava também trabalhando com a questão das pessoas, trabalhadores que moravam em cortiços nos fundos das antigas fábricas da Mooca que fecharam, e os trabalhadores acabaram ficando sem aquelas vilas operárias. E daí fomos observando que a demanda era grande e queríamos também colocar na pauta das reuniões dos conselhos a moradia na região central e comunicar cada ocupação que a gente fazia”.*

*“Nos anos 2000, eu, com algumas mulheres, fundamos o MSTC. É até engraçado contar, porque nós, na verdade, não tínhamos um nome. A gente ocupou o antigo Hospital da Vila Formosa, e lá o repórter da Folha perguntou como era o nome do movimento, aí eu gritei: Movimento Sem Teto do Centro. Aí ficou o nome”.*

## OCUPAÇÃO 09 DE JULHO

**Carmen Silva:** *“O processo da Ocupação 9 de Julho foi diferente, porque ele havia sido desapropriado em 2010, mas mesmo desapropriado, existia um projeto da própria Cohab [Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo] que dizia que o prédio ia voltar para a prefeitura. Aí foi onde nós ocupamos para dizer: Não vai voltar para o mercado! Nós queríamos a posse do prédio, mas para isso o primeiro passo era colocar a instituição totalmente legal, com os documentos. A gente precisa falar e comprovar que a gente paga todos os impostos. Eu, às vezes, dou aula de urbanismo social e acho engraçado como essas pessoas não conhecem o tanto de imposto que o Brasil tem, que as entidades têm. Inclusive, nossa prestação de conta é toda feita no sistema digital. Então as pessoas acham que o movimento é desorganizado? Nós somos muito mais institucionalizados do que muitas empresas que têm por aí”.*

*“Nessa época entrou o prefeito Haddad na gestão e fez um edital de chamamento do Minha Casa, Minha Vida para Entidades. Esse programa do governo federal oferece recursos do Fundo do Desenvolvimento Social para produção social de moradia e participação social. Ou seja, para nós sermos os protagonistas da solução dos problemas que vivemos. A entidade que tem a documentação em dia e que prova que tanto seus dirigentes como seus*

*membros têm atuação efetiva no território e participam das conferências e audiências públicas vai ganhando pontos. Quem tem a pontuação maior ganha o edital”.*

*“Foi assim que a escritura passou para o nome do MSTC. Porém, isso foi só o começo. O prédio estava com uma dívida enorme e nós precisávamos quitar todos os encargos. O acordo que havia sido feito na época é que, se dentro de um ano eu não arrumasse o financiamento para pagar a dívida e não desse uma destinação para a área que era para a habitação de interesse social, o prédio voltaria para a prefeitura. Aí nós entramos em outro edital, que foi o edital que tem a mesma coisa burocrática, com toda a documentação, que é um calhamaço de papel. Aí nós conseguimos o recurso através desse programa, mas isso não significa que é somente o governo federal que tem que fazer esse tipo de programa. O governo local tem que propor algo também. A Prefeitura de São Paulo tem dinheiro suficiente para não viver a reboque do governo federal na questão de moradia. Então, nós, os movimentos sociais, pressionamos o prefeito, e junto — quando a gente fala junto é no Conselho de Habitação — se cria essa ação de incidência política. É importante ter programas no município também porque... por exemplo, na gestão Bolsonaro, ele acabou com o Minha Casa, Minha Vida – Entidades e ficamos sem esse recurso. Se não tivesse articulado com o município, seria difícil sobreviver”.*

*“Nós ocupamos esse prédio já com um grupo de arquitetos fazendo o projeto de ocupação sustentável para garantir a implementação do que a gente queria. Também entramos com um grupo da área da cultura e outro da área da saúde para fazer parcerias e usar o espaço da melhor forma possível. Depois que nós estávamos aqui, a primeira coisa que eu fiz foi chamar a UBS [Unidade Básica de Saúde] e dizer: Eu quero o médico e as enfermeiras atendendo as famílias. E aí a gente procurou entrar com esse serviço aqui na ocupação”.*

*“Nós temos seis ocupações e a gente trabalha com grupos de base, com a formação das pessoas para elas conhecerem seus direitos. Estudamos sobre a função social da terra, do governo, da propriedade, como funciona o processo de ocupação, o amparo legal que temos... Assim, a gente vai conhecendo a Constituição para depois ocupar o terreno. E nós não queremos iludir a pessoa na hora de ocupar o prédio. Não dá pra achar que vai ocupar sem ter nenhum problema. É preciso fazer um imóvel virar moradia, e isso é construído passo a passo. Nossas ocupações são ocupações muito antigas, 12 anos, 13 anos... Esta daqui... estamos desde [19]97 nessa peleja. Agora nós temos vários editais. Inclusive, estamos aí com dois do Minha Casa, Minha Vida. Estamos numa obra, com 200 unidades na região Leste. Vamos*

*entrar com mais 400 unidades também através dos editais. Já fizemos esse planejamento. O papel da liderança do movimento é justamente fazer esse advocacy, onde vai articulando para poder ter a condição e informação para ocupar”.*

## O DIREITO À MORADIA

**Carmen Silva:** *“A moradia é só uma porta de entrada para outros direitos. Como é que você pega 3.000 pessoas e joga no fundão sem ter saneamento, sem ter ônibus, sem ter escola, aula, sem ter nada [refere-se às reintegrações de posse e realocação de famílias para a periferia]? A moradia não é uma caixa. Pra você ir para a moradia, tem que ter outras coisas ao redor. Isso é que faz a segurança do território, isso é que faz com que as pessoas tenham acessibilidade e convivam entre elas. O senso de pertencimento é quando você tem apoio, você leva para a rede e isso cresce. De fato, a moradia é só a porta de entrada de outros direitos sociais que o cidadão deveria ter”.*

## COZINHA 9 DE JULHO

**Carmen Silva:** *“A gente sempre teve a cozinha como princípio. A gente ocupa o prédio já com os grupos de trabalho definidos, e um deles é a cozinha. A cozinha é onde a gente coloca as pessoas para se conhecerem, e aí vai tendo aquela troca. É onde, estrategicamente, o movimento vai conhecendo todos os seus integrantes, um a um. No início dos primeiros meses de ocupação, é tudo coletivo, para facilitar e garantir que todos comam bem. A cozinha é coletiva, os dormitórios coletivos... até a limpeza do prédio a gente mesmo faz, e aos poucos vai se estabelecendo o local de cada família. Então, a cozinha e a portaria central é onde você vai conhecendo quem é quem de verdade, porque quando você ocupa, se ocupa com um monte de gente diferente, com pensamentos diferentes. Nem todo mundo se conhece. É na cozinha que você consegue interagir e consegue já assimilar quem é quem. A cozinha é quase que um centro de convivência e isso alegra o ambiente, além de matar a fome”.*

*“Depois que as famílias se acomodaram, a cozinha improvisada do início já não oferece alimentação diária. Cada um tem sua casa com toda a sua autonomia, e é justo que a pessoa que tem um local para morar, um apartamento para morar, tenha também a possibilidade de fazer sua comida, porque aí ela também vai criando independência”.*

*“Eu vejo muito aqui no Centro. Todo domingo para uma perua, descem dois ou três voluntários com uma garrafa pet cortada no meio e fazendo*

*aquele sopão como se fosse a lavagem e oferecendo para a população de rua. Aí, eu disse pro senhor que estava na fila: você não vai pegar isso! É desumano. Porque não fazem um almoço de verdade, né?”.*

*“Então a gente decidiu fazer o almoço aqui na comunidade, contratando os próprios moradores da ocupação como funcionários, procurando pegar pessoas que estão fora do mercado de trabalho, com a idade mais avançada, gerando renda adicional para a família que está aqui. Aqui temos espaço onde as pessoas podem sentar, seja na praça, onde for, mas pelo menos para receber aquela comida gostosa, quentinha, né? Não uma lavagem na garrafa pet. Fora que tem também todo o resgate ancestral da comida afetiva que surge através das trocas de receitas e conversas da cozinha. A comida é feita com muito carinho pelas meninas”.*

*“Hoje em dia abrimos a cozinha aos domingos para a venda de almoço. Sempre vem um chef renomado para ajudar, e o dinheiro arrecadado é utilizado para pagar os funcionários, para a compra dos ingredientes de pequenos produtores rurais e manutenção da Ocupação. A cada almoço vendido no domingo, dois vão para a periferia, para um almoço numa comunidade. Nós, hoje, já temos uma vida financeiramente autossustentável. Mas não foi sempre assim”.*

*“No início de tudo, eu entrei em contato com a rede de artistas e cada um doou um objeto seu pessoal. Com isso a gente fez uma rifa e fomos mantendo a cozinha. Depois, eu entrei com o projeto de Combate à Fome. Nesse projeto, eu confesso pra vocês que eu montei um grupo pedindo doações para manter a cozinha. Mas depois o projeto tomou uma dimensão tão grande que nós criamos o Instituto Casa Verbo, onde a gente cadastrou 160 núcleos, que foi andando pelas ruas vendo a necessidade das pessoas. Enquanto todo mundo dizia ‘fica em casa’, eu estava andando nas favelas e vendo a necessidade do povo, e criamos uma rede que hoje alimenta 60.000 pessoas. E aí eu vi a fragilidade de São Paulo, porque as mazelas de São Paulo estão espalhadas na região central. A Baixada do Glicério é um desses pontos onde as pessoas ainda vivem em vulnerabilidade. Há também um local chamado Favela do Moinho, Campos Elíseos, tudo no Centro, onde as pessoas pensam que está tudo resolvido. Depois nós fomos para as periferias. Eu entrei nas pequenas favelas, e o traficante, com toda sua banca... parecia a favela da Maré, com arma e criança sentada, assim, tudo junto, o rato passando por aí. E eu avisei: Vim só trazer comida, só isso. Durante a pandemia, como não podíamos servir o público, criamos esse projeto para levar comida nas favelas como solução. Foi onde a gente começou a fazer a compra só nos pequenos produtores, porque eles não tinham onde escoar*

*os seus alimentos e a produção. Nós contratamos motoboys, aqueles do grupo antifascistas, para fazer as entregas das marmitas. Ajudamos na ponta de um lado e na ponta de outro, um ciclo saudável. As mulheres foram as primeiras atingidas na questão da pandemia. Foram mandadas embora, e ninguém perguntou como ficaria a vida delas. Não fizeram um planejamento perguntando para a mulher se ela tinha condição de receber os filhos em casa enquanto não podiam ir para a escola. O que é que as empresas fizeram? E o próprio Estado? Quando disseram que as crianças não iam mais para sala de aula, sem planejamento, jogou tudo nas costas da mãe. E como é que essa mãe sobrevivia? Então a gente criou esse projeto da cozinha para gerar renda e juntos criamos um projeto para costureiras com a ajuda do Itaú Social, um dos nossos maiores doadores. O projeto contratou 86 costureiras, e nós fizemos 200.000 máscaras para distribuir”.*

## SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR

**Carmen Silva:** *“Aqui no movimento MSTC, nós não trabalhamos com assistencialismo. Aqui a gente faz com que as pessoas tenham autogestão. A comida, para nós, é soberania. Segurança alimentar não é soberania. Nós temos um país que planta, dá tudo nessa terra; o que precisa para segurança alimentar, a gente tem. Quando é que as pessoas vão ter o direito de comer? Vão ter o seu direito de comer garantido? Eu sempre falo, de lá para cá, essa história de segurança alimentar... Não, se trata de soberania alimentar. [A pessoa] Está em segurança alimentar porque eu estou dando as refeições aqui na cozinha, mas, e depois? A pessoa precisa se apropriar da própria vida. Quem vai garantir que aquilo vai ser permanente? E o poder da escolha sobre o que quer comer? Na cozinha, a gente recebe doações. Eu mesma vou junto fazer a xepa no mercado, Ceasa, o que for, mas depois das doações, as pessoas precisam criar essa autonomia”.*

## HORTA URBANA

**Carmen Silva:** *“Quando a gente começou a horta aqui diziam que a horta não ia produzir, não ia dar nada. E eu disse: Vai dar, sim!”.*

*“Eu criei a horta porque vi muitos senhores sentados o dia inteiro sem fazer nada, e em uma conversa no fim do dia, um deles contou que só sabia fazer isso da vida, mexer com terra. Eu vi que ele se renovou quando começou a ideia de horta. Então ele foi chamando o pessoal da cozinha, que nos auxiliou, e foi chamando outras pessoas, e daí nasceu a horta, na época da pandemia”.*

*“Nós temos um mapeamento de pequenos agricultores que fornecem para a cozinha, e um vai indicando o outro, criando uma rede de abastecimento. Essa relação mais profunda com os pequenos produtores é muito importante, e atualmente quem trabalha hoje na horta são os moradores da Ocupação, e todos recebem salário. Todos sabem do programa Sampa + Rural<sup>1</sup> e são registrados pela prefeitura na plataforma, porque assim conseguimos ser vistos. Tem muitos produtores também que não conseguem entrar nesses programas porque tem uma certa burocracia e eles geralmente não têm uma pessoa disponível pra fazer isso”.*

*“A gente já faz a compra direto de pequenos produtores, e com financiamento do Itaú, a gente conseguiu também trazer ovos e legumes, em geral, do interior próximo aqui de São Paulo. Quanto mais próximo, melhor. A gente pensa até por uma questão de logística e poluição do ar nesse trânsito de lá pra cá. Agora já até fazemos toda a compostagem dos alimentos da cozinha e também fazemos a separação do lixo para reciclagem”.*

*“Um bom exemplo de horta urbana são as mulheres do GAU<sup>2</sup>, ali na Leste, que pegaram um terreno baldio e começaram a plantar. Isso sim é falar de soberania alimentar. Vamos colocar a pessoa que está em situação de rua para trabalhar nas hortas urbanas. Com tanta praça vaga, sendo espaço para o que não se deve fazer, seria uma boa utilização do espaço, né?”.*

*“A ocupação da terra urbana não é só para moradia, mas envolve tudo. A vivência de uma pessoa no dia a dia e o urbanismo social, isso tudo tem um contexto integrado. Horta, produtores locais, comida, geração de renda, sustentabilidade, soberania... tudo anda junto”.*

A experiência da Ocupação 9 de Julho revela para nós como ações que emergem diretamente da comunidade, protagonizadas por pessoas que enfrentam as condições mais precárias, podem subverter as dinâmicas tradicionais da metrópole, sendo este um exemplo vivo de reconfiguração do espaço urbano e novas formas de ocupar e viver a cidade. A inspiração de Carmen junto com o MSTC traz uma visão inovadora, criando um ecossistema de benefícios coletivos não só para os indivíduos que ali habitam e convivem, mas também para a gestão da cidade. A transformação de um prédio abandonado em habitação social, combinada com a aplicação de práticas sustentáveis como a horta urbana, compra de pequenos produtores, compostagem, reciclagem e geração de renda, fomenta uma visão holística da cidade e seus fluxos como um organismo vivo. Utilizar esse espaço abandonado para uma função social não soluciona todo o problema habitacional de São Paulo, mas aponta para um modelo inteligente que

ameniza dificuldades práticas dos indivíduos sem teto e reduzem, em alguma medida, sua exposição a situações como violência policial, preconceito, criminalização, fome e sede às quais essas pessoas estão suscetíveis.

A cozinha da Ocupação, com seu pequeno ciclo de economia circular, através da rotação de equipes e valorização do trabalho local, gerou benefícios concretos para quem antes vivia nas ruas e agora são contratados para trabalhar na horta e na cozinha. O espaço se tornou um ponto de encontro e troca, convidando também a sociedade civil a se aproximar dos movimentos de moradia e compreender os desafios da luta por direitos. O trabalho integrado em torno de moradia e alimentação desafia a lógica de segregação e exclusão que caracteriza a dinâmica das grandes metrópoles e pode se tornar uma ferramenta poderosa para a inclusão social e o empoderamento das populações mais vulneráveis. A Ocupação 9 de Julho prova que soluções estruturais e sustentáveis podem surgir de práticas comunitárias, inspirando novas formas de habitar e regenerar o espaço urbano. Essa iniciativa nos confirma que é possível criar dinâmicas sustentáveis mesmo em cenários de vulnerabilidade, conectando o micro (o espaço da ocupação) com o macro (a cidade e suas funções metabólicas), contribuindo para um metabolismo urbano mais saudável e reforçando a ideia de que a cidade é um organismo vivo. Dona Carmen representa a resistência e a valorização de uma cultura mais humana e solidária no município de São Paulo.

## NOTAS

<sup>1</sup> Segundo apresentado no site do próprio programa, o Sampa + Rural, lançado pela Prefeitura de São Paulo, agrega “em um único ambiente [digital] informações sobre desenvolvimento rural sustentável, turismo, meio ambiente e alimentação saudável, onde qualquer cidadão possa explorar e descobrir as zonas rurais da cidade”, buscando-se, assim, “conectar as áreas rurais à cidade”. Na plataforma, acessada pelo endereço eletrônico <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br>, “é possível encontrar dados sobre onde comprar produtos locais, quem são os agricultores da cidade e quem comercializa esses produtos. A plataforma também traz atrações turísticas ligadas à natureza e turismo rural, mostrando as características ambientais e econômicas dessas regiões. Além disso, é possível encontrar iniciativas da sociedade civil e poder público para tornar a cidade mais conectada às práticas sustentáveis” (SÃO PAULO, [s.d.]).

<sup>2</sup> Conforme definição apresentada em matéria do SESC-SP (Serviço Social do Comércio de São Paulo), “as Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana) são mulheres imigrantes nordestinas que trabalham como agricultoras no Viveiro Escola União de Vila Nova, em São Miguel Paulista. Elas trabalham para manutenção de um viveiro escola, por meio do plantio, cultivo, colheita e manejo agroflorestal. O grupo também serve cafés e almoços em eventos em diversos locais da cidade” (SESC-SP, 2021). O trabalho do grupo pode ser conferido em sua página no Instagram: <https://www.instagram.com/mulheresdogau/?hl=es>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IFZ – INSTITUTO FOME ZERO. **I Inquérito sobre a situação alimentar no município de São Paulo**. São Paulo: IFZ, 2024. Disponível em: <<https://ifz.org.br/i-inquerito-sobre-a-situacao-alimentar-no-municipio-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 19 dez. 2024.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Análise da cesta básica de alimentos – outubro de 2024**. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisesecstabasica/2024/202410cestabasica.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2024.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiças dos homens**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Feminina, 1832.
- FOLHA DE S. PAULO. **Um de cada cinco imóveis do centro de SP está desocupado, mostra o censo**. São Paulo, SP, 27/03/2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/03/um-de-cada-cinco-imoveis-do-centro-de-sp-esta-desocupado-mostra-o-censo.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- RE-HABITARE. **As ocupações urbanas como alternativa à crise habitacional brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 25 out. 2024. Disponível em: <<https://rehabitare.direito.ufmg.br/?p=4078>>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo. **Sampa + Rural**. São Paulo, SP, [s.d.]. Disponível em: <<https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- SESC-SP – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO. **Mulheres do GAU: histórias sobre agricultura urbana e alimentação saudável**. São Paulo, SP, 23/06/2021. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/editorial/mulheres-do-gau-historias-sobre-agricultura-urbana-e-alimentacao-saudavel/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.